



## Lutas sociais e resistência face às contrarreformas na política de saúde

*Social struggles and resistance to counter-reforms in health policy*

**Edinaura LUZA\***  
**Ivete SIMIONATTO\*\***

**Resumo:** O artigo objetiva apresentar os resultados de pesquisa realizada junto ao Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações, com vistas a analisar seu processo de organização, mobilização e pautas de luta frente ao avanço das contrarreformas no âmbito das políticas sociais, especialmente, da política de saúde. Os dados coletados, referentes ao período 2012-2017, abrangem pesquisa documental e de campo realizada através de entrevistas com representações de sindicatos, universidade, serviços de saúde, partidos políticos, movimentos sociais, movimento estudantil. Articulado à Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), o Fórum Catarinense apresenta-se como importante trincheira de luta no âmbito da sociedade civil, apontando-se a sua relevância nas lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Estado. Sociedade civil. Lutas sociais. Política de saúde.

**Abstract:** The article aims to present the results of a survey carried out with the Catarinense Forum in Defense of SUS and Against Privatization, with a view to analyzing its organization process, mobilization and patterns of struggle against the counterreform advances in social policies, especially, health policy. The data collected, covering the period 2012-2017, cover documentary and field research through interviews with representations of unions, university, health services, political parties, social movements, student movement. Articulated to the National Front Against the Privatization of Health (FNCPS), the Catarinense Forum presents itself as an important trench of struggle within the civil society, pointing out its relevance in the struggles in defense of the interests of the working class.


**Keywords:** State. Civil society. Social struggles. Health policy.

*Submetido em: 10/12/2018. Revisto em: 15/4/2019. Aceito em: 13/5/2019.*

---

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região (SC). Rua dos Ilhéus, 38, Ed. Aplub, 10º Andar, Sala 1005, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88010-560. E-mail: [edinauraluza@yahoo.com.br](mailto:edinauraluza@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5361-9104>.

\*\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pós-doutora pela European University Institute (Florença). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Campus Universitário Prof. João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88040-900. E-mail: [ivetesimionatto57@gmail.com.br](mailto:ivetesimionatto57@gmail.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0564-6658>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## Introdução

Os processos de reorganização do Estado no capitalismo contemporâneo, suas dinâmicas contraditórias na conformação e concretização de políticas e direitos sociais cada vez mais tendentes às privatizações e aos interesses do mercado, colocam-se como tema central nos debates acadêmicos e na pauta de luta das organizações da sociedade civil, representantes das classes subalternas. Nas últimas duas décadas, a política de saúde, particularmente, tem sido uma das mais atingidas pelas tendências privatizantes, mediante o rompimento dos princípios e valores alcançados com o Movimento pela Reforma Sanitária e com os termos pactuados na Carta de 1988 e na legislação subsequente, no âmbito do Estado democrático e de direito. O projeto privatista, que ganhou vigor na ditadura militar e parecia ter sido abrandado mediante as lutas travadas pelos movimentos sociais, adquire novos contornos a partir dos anos 1990, no contexto das políticas neoliberais e dos ajustes macroeconômicos realizados em nome da crise estrutural do sistema do capital.

Das medidas que perpassaram os governos Fernando Henrique Cardoso às adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), obteve destaque a defesa de um sistema de saúde “flexibilizado” e a busca por um “SUS possível” em detrimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) necessário em sua perspectiva universal, integral e democrática, em conformidade aos preceitos constitucionais. Entraram em cena os chamados “novos modelos de gestão” na execução de ações de saúde, substituindo o Estado no provimento de serviços antes sob sua responsabilidade. As Organizações Sociais (OSs), as Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as Parcerias Público-Privadas (PPPs), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), dentre outras, passaram a compor a nova estrutura político-jurídica de operacionalização das políticas sociais. Associam-se a esse quadro, as medidas de subvenções e isenções fiscais, a utilização do fundo público como nova forma de garantia de acumulação de capital e o fortalecimento das regras de mercado para a área, que tem na exploração da doença a sua principal fonte de lucros. No governo Temer, ganhou força o projeto privatista de saúde e os ajustes fiscais denotaram a nítida defesa dos interesses elitistas, em prejuízo aos da classe trabalhadora, ainda mais explorada mediante as graves mudanças ocorridas através da Emenda Constitucional 95/2016, das alterações na legislação trabalhista e de outras medidas que incidem na perda de inúmeros direitos.

Se entre os anos 1990 e 2000, as lutas em defesa dos direitos e das políticas sociais estiveram vinculadas à esfera conselhistas e ao controle social sobre o Estado, tais espaços foram sendo progressivamente esvaziados de seu conteúdo e cooptados, em grande medida, pelos contornos da “pequena política”. Nas palavras de Bravo e Correia (2012, p. 132), enquanto existia uma conjuntura de mobilização e eferescência política crescente nos anos de 1980, em que a sociedade civil era hegemônica por forças progressistas, as décadas seguintes são marcadas por um crescente refluxo dos movimentos sociais e seu afastamento das pautas classistas no contexto de reestruturação capitalista, de propagação do receituário neoliberal e das consequentes contrarreformas na esfera estatal. Ao passo que naquele período as lutas em torno da defesa do direito à saúde vincularam-se mais amplamente a esfera dos conselhos e conferências de saúde, a partir de 2010, observa-se a emergência de novas formas de mobilização para além de tais espaços, sem negá-los enquanto mecanismos relevantes, porém considerados excessivamente atados ao Estado, com a resultante perda de sua autonomia e independência (ANDREAZZI, 2014, p. 71).

No âmbito da saúde, tal contexto impulsionou a articulação de fóruns populares nos estados do Paraná, Alagoas, São Paulo e Rio de Janeiro, os quais, unidos em torno da resistência ao

repassa da gestão de serviços no âmbito do SUS para OSs, protagonizaram a criação, em 2010, da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) – nominada, inicialmente, enquanto Frente Nacional pela procedência da ADIn 1.923/98 contra as OSs – enquanto “nova forma de resistência na saúde e novo espaço de participação popular, tendo como referencial os pressupostos preconizados no projeto de Reforma Sanitária brasileira dos anos 1980” (BRAVO E MENEZES, 2014, p. 75). A partir de tal referência, que concebe a saúde como direito de todos e dever do Estado, a FNCPS vem se posicionando contra a privatização e em defesa da saúde pública estatal e universal, buscando articular as lutas dessa área às lutas gerais da classe trabalhadora, vinculadas a um novo projeto societário.

A partir do impulso da FNCPS e instigados pelo cenário em pauta, se organizaram outros fóruns contrários à privatização da saúde, a exemplo do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações. Constituído em 2012, o Fórum Catarinense, alinhado à FNCPS e a outros fóruns de saúde, possui papel fundamental na construção de resistência às medidas regressivas que incidem sobre os direitos sociais e favorecem a sua mercantilização. Suas principais pautas de luta estão relacionadas ao repasse da gestão de serviços públicos para as OSs e para a EBSEH.

Neste sentido, o artigo tem como escopo apresentar e analisar o processo de organização do Fórum Catarinense, suas pautas de luta e resistência enquanto espaço de mobilização da sociedade civil<sup>1</sup>, frente ao avanço das contrarreformas no âmbito das políticas sociais, especialmente, da política de saúde. O estudo da dinâmica desse processo desdobrou-se em diversas questões e objetivos específicos, com vistas a reconstruir a realidade através de suas múltiplas determinações, com foco na constituição do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações; seu projeto de atuação; o conteúdo político-ideológico das pautas, estratégias e táticas de luta; a definição de prioridades; a articulação com outros sujeitos coletivos na defesa da saúde pública estatal, em consonância com os princípios da Reforma Sanitária.

O período temporal da investigação abarca o lustro de 2012-2017. Os procedimentos metodológicos abrangem pesquisa documental (levantamento de informativos, manifestos, artigos, notícias, matérias, acessadas por via física ou eletrônica)<sup>2</sup> e pesquisa de campo – realizada através de entrevistas junto a 9 integrantes do Fórum Catarinense com participação mais recorrente, identificados por meio da análise das listas de presença das reuniões acessadas, compreendendo: representações de sindicatos, universidade, serviços de saúde, partidos políticos, movimentos sociais e movimento estudantil, sendo estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais de nível técnico e superior das áreas de Serviço Social,

---

<sup>1</sup>As concepções de Estado e sociedade civil elaboradas por Antônio Gramsci balizam a presente análise. Entende-se o Estado, em sentido amplo, na sua relação direta com as classes sociais e, portanto, como um espaço contraditório de lutas e disputa de projetos societários. A perspectiva gramsciana é a do Estado integral, expresso nas duas esferas no interior das superestruturas: sociedade civil e sociedade política. De acordo com Gramsci (2011, p. 267), o Estado, “habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento)”, e não como “um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)”. A sociedade civil é, portanto, parte do Estado, espaço contraditório de luta de classes e lugar de conquista da hegemonia.

<sup>2</sup> Tais documentos tiveram sua finalidade mais enfaticamente vinculada ao delineamento da pesquisa de campo, ou seja, à criação de estratégias de seleção dos/as entrevistados/as e à construção das perguntas realizadas nas entrevistas.

Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e História<sup>3</sup>. O roteiro da entrevista foi constituído por questões abertas, estabelecidas com base nos objetivos propostos, de maneira a possibilitar novas indagações e novas respostas sobre a realidade estudada e (re) construí-la a partir das referências teóricas balizadoras da análise<sup>4</sup>.

### **1. A organização e articulação do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações na construção de uma agenda de resistência**

A criação do Fórum Catarinense, em 2012, apresenta-se como estratégia coletiva de luta e resistência frente às “reformas” direcionadas à privatização da política de saúde no estado de Santa Catarina, especialmente, por meio dos chamados “novos modelos de gestão”, tendo como principais expressões o repasse da gestão de hospitais estaduais para OSs e a adesão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) à EBSEH para administração do Hospital Universitário (HU) – a qual se deu de forma autoritária e em período posterior a muitas das demais universidades brasileiras<sup>5</sup>. Isso ocorreu em

---

<sup>3</sup> Neste sentido, importante contextualizar que, inicialmente, foram relacionadas para serem entrevistadas 11 pessoas das 63 cujos nomes figuraram nas 12 listas de presença do Fórum Catarinense acessadas por meio do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – referentes ao período entre 16 de abril de 2015 e 27 de março de 2017. Os/as 11 militantes relacionados/as foram os/as que constaram em, ao menos, 4 das listas de presença. Destes/as, 9 militantes retornaram ao convite e participaram da pesquisa (82% dos/as convidados/as). Ao final de cada entrevista, cada participante foi indagado/a a responder quais colegas, também participantes do Fórum Catarinense, considerava pertinente que fossem convidados/as para também participarem da pesquisa, haja vista sua contribuição na construção do movimento. No conjunto, foram mencionados 28 nomes, sendo que 6 dos/as 9 entrevistados/as foram indicados/as por 3 a 7 companheiros/as. Ou seja, apenas 3 dos/as entrevistados/as foram indicados/as por menos de 3 dos/as colegas entrevistados/as. Tais elementos sugerem que a seleção dos/as participantes foi exitosa para uma análise mais apropriada do concreto real e fidedignidade dos dados empíricos. Por fim, vale explicitar que dentre os 20 nomes mencionados pelos/as participantes da pesquisa que não foram cotados para serem entrevistados, apenas 1 chegou a ser indicado 3 vezes, sendo que os demais foram indicados apenas 1 ou 2 vezes. O nome citado 3 vezes foi convidado para participar da pesquisa. Todavia, não emitiu retorno aos convites realizados.

<sup>4</sup> O Projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade UFSC, conforme Parecer Consubstanciado nº. 2.345.875, em acordo com as normativas legais para a área. Na exposição do processo de articulação do Fórum Catarinense, bem como de sua composição, pautas, desafios e estratégias frente às contrarreformas em curso, conclui-se sobre a sua relevância nas lutas em defesa das políticas sociais e dos interesses da classe trabalhadora.

<sup>5</sup> Conforme pesquisa documental, desde a criação da EBSEH pelo governo federal, em 2011, foram intensos os debates na UFSC acerca da situação precária do HU Professor Polydoro Ernani de São Thiago. No dia 29/04/2015, o Conselho Universitário (CUn) da UFSC realizou um plebiscito institucional, conquistado principalmente pela luta do Fórum Catarinense e do Comitê em Defesa do HU 100% público. Foram 8.833 votantes, entre estudantes, técnicos administrativos em educação e professores, dos quais 6.168 votaram contra a EBSEH, ou seja, 70% da comunidade universitária se posicionou contrária à adesão da UFSC à EBSEH. Da mesma forma, a 9ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, a 7ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina e o Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis tomaram posição contrária à EBSEH no HU da UFSC. Porém, na sessão do CUn do dia 01/12/2015, convocada pela então Reitora Roselane Neckel, os conselhos universitários aderiram arbitrariamente à gestão desta Empresa. A sessão foi realizada em um Quartel da Polícia Militar, fato este sem precedentes na história da universidade pública (FÓRUM CATARINENSE EM DEFESA DO SUS E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES, 2017), haja vista a expressão de uma política de

razão do protagonismo do Fórum Catarinense, em aliança com outros sujeitos políticos, em nível estadual e nacional. A centralidade desta pauta como eixo de luta na realidade catarinense, além de sua ênfase observada em nível nacional, também esteve relacionada aos campos de trabalho/formação dos sujeitos que participaram mais ativamente desse processo, em sua maioria, vinculados ao trabalho/formação na área da saúde.

Os/as entrevistados/as, à época da realização da pesquisa<sup>6</sup>, estavam vinculados/as a entidades com pautas comuns voltadas à defesa da saúde pública de qualidade e universal: a) Sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis e Região (SINDSAÚDE), Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (INTERSINDICAL) e Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN); b) Movimentos estudantis da UFSC: Centros Acadêmicos de Serviço Social, Medicina, Nutrição e Farmácia, Diretório Central dos Estudantes (DCE), Associação de Pós-Graduandos (APG); c) Espaços/projetos de formação, também ligados à universidade e voltados ao debate da saúde; d) Movimentos populares: Movimento Juventude Comunista Avançando (JCA) e Movimento Universidade Popular (MUP); e) Partidos políticos: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Pólo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). As profissões que se mostraram mais orgânicas ao movimento compreendem as áreas da saúde e das ciências sociais aplicadas, com destaque para o Serviço Social.

O Fórum Catarinense, conforme pesquisa documental, coloca-se como “um espaço de articulação de profissionais de saúde, usuários, entidades sindicais, estudantis, movimentos populares, organizações políticas e população em geral que luta por um SUS 100% público, gratuito, de qualidade, sob gestão estatal e efetiva participação popular” (FÓRUM CATARINENSE EM DEFESA DO SUS E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES, 2017). Defende, neste sentido, o projeto de saúde construído pelo Movimento da Reforma Sanitária, tendo como princípio a “saúde como direito de cidadania e bem fundamental dos seres humanos”, não podendo, por isso, ser vendida como mercadoria.

Em relação à articulação construída, conforme os depoimentos dos/as entrevistados/as, o processo “nunca foi linear”, tendo relação com a disponibilidade dos/as participantes devido ao fato de a maioria ser, concomitantemente, militante da instituição de proveniência e/ou de outros espaços. Um dos momentos mais importantes de articulação foi a realização do II Seminário do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações (2015), devido ao quantitativo de participantes e entidades envolvidas, com destaque para a participação ativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual “conseguiu trazer gente do estado inteiro para [...] a universidade” (Entrevistado A). Neste evento, pode-se observar uma participação mais orgânica de várias instituições e de outros sujeitos políticos, para além daqueles vinculados diretamente ao Fórum, evidenciando a aglutinação de organizações da sociedade civil em torno de projetos, demandas e interesses comuns.

---

caráter repressivo emanada do Estado, em sentido estrito, com ações e postura reproduzidas na sociedade civil, no caso, por meio da atuação da universidade.

<sup>6</sup>No âmbito de tese de doutorado, a qual será identificada posteriormente, com vistas à manutenção do anonimato requerido pela Revista, durante o processo de avaliação.

Por meio das entrevistas, identificou-se que as pautas do Fórum Catarinense envolvem temas conjunturais como a questão da EBSEH e das OSs, os problemas relativos ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), mas, igualmente, outras demandas decorrentes das contrarreformas na política de saúde, a exemplo da defesa da contratação de servidores através de concursos públicos; das lutas contra os cortes orçamentários; da defesa incondicional do SUS público, estatal e de qualidade; da defesa da gestão democrática e profissional do SUS. As pautas do Fórum têm sido construídas em convergência às demandas de resistência, especialmente no que condiz ao contexto de contrarreformas e de privatização da política de saúde. As contrarreformas em curso, conforme depoimentos, poderão conduzir ao fim do direito à saúde, enquanto conquista histórica dos movimentos populares, na medida em que o conjunto de legislações que vem sendo aprovado tem incidido na redução do Estado por meio da terceirização e do repasse de várias de suas funções para entidades de cunho privado. Tal cenário remete a enormes prejuízos para a população, tanto no que concerne ao acesso a serviços de saúde, a sua efetivação como direito, quanto à possibilidade do controle social sobre a esfera estatal.

Destaca-se a importância do Fórum Catarinense e seu protagonismo na aglutinação de várias entidades e sujeitos políticos em torno de uma pauta extensa da saúde, bem como, na disseminação de informações acerca das lutas necessárias junto à população universitária e à sociedade em geral. A participação do Fórum Catarinense nos diferentes âmbitos organizativos, como conferências estadual e municipais de saúde, processo preparatório através das pré-conferências, rodas de conversa, mesas de discussão, articulação com outros municípios do estado e com conselhos de saúde, denota que os espaços coletivos de congregação das demandas da classe trabalhadora são imprescindíveis para o trabalho de construção e formação da “vontade coletiva”, que requer de impulsos mobilizadores para agregar os elementos “amorfo de massa”. Processo lento e molecular, a “vontade coletiva” nasce da associação dos indivíduos tendo como móveis as condições objetivas e subjetivas de sua existência e os elos que encontram na associação com outros homens. Conforme escreve Gramsci (1999, p.414),

Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação as suas forças. [Mas,] isto é verdadeiro apenas até um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível.

Também foram recorrentes as menções às alterações no âmbito da gestão do trabalho, relacionadas à adoção de vínculos mais precários e menos dotados de autonomia e voltados a uma abordagem da saúde numa perspectiva hospitalocêntrica, distante de sua consideração enquanto condições de vida e de trabalho. Ademais, evidenciou-se a compreensão acerca dos mecanismos para a garantia da infraestrutura da política de saúde, afetada, veementemente, pelos processos de privatização, haja vista que têm sido demarcados por uma intensa precarização e sucateamento, ao mesmo tempo em que é alvo e interesse do mercado.

O projeto de atenção na área da saúde defendido por meio das estratégias de atuação do Fórum Catarinense remete, direta e indiretamente, ao Projeto de Saúde construído pelo Movimento da Reforma Sanitária. Seus princípios perpassam expressamente as falas dos/as entrevistados/as, mas também, são refletidos nas análises e estratégias de ação, a exemplo da percepção da importância do aprofundamento e qualificação da atenção primária enquanto nível de assistência à saúde condizente aos princípios da Reforma Sanitária, frente a um

contexto de opção majoritária pela perspectiva hospitalocêntrica e medicocentrada. Para além disso, identificou-se a consciência de que o resgate das bandeiras de luta do Movimento Sanitário brasileiro requer uma luta mais ampla, para além do SUS que, por si só, mesmo considerado constitucionalmente, não abarcou todas as requisições pautadas à época.

A forma de articulação do Fórum Catarinense à FNCPS ocorre, na maioria das vezes, por meio de reuniões denominadas de ampliadas ou de Colegiado e nas atividades construídas nacionalmente, a exemplo dos Seminários Nacionais. Destacam-se ainda, os espaços institucionalizados, especialmente os conselhos e as conferências, que, a despeito das diferentes direções que os caracterizam atualmente, constituem-se como arenas de luta, de participação democrática e do confronto de ideias. Nos depoimentos, as conferências foram apontadas, com maior ênfase, enquanto terreno ocupado pelo movimento numa perspectiva de disputa de compreensões e de construção de agendas voltadas aos direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Fórum Catarinense tem se colocado enquanto importante estratégia de tensionamento do controle social da política de saúde e de disputa de sua direção político-ideológica. Existe um aparente consenso quanto à relevância de tal estratégia sem deixar, todavia, de fortalecer outros campos não institucionalizados e de criar novas “trincheiras” de luta e de resistência. Trata-se, portanto, não somente de ocupar os espaços da sociedade civil constituídos, conforme a perspectiva liberal, mas, acima de tudo, de criar “novos espaços autônomos das classes subalternas” (BIANCHI, 2008, p. 180).

Dentre as entidades participantes do Fórum Catarinense, observou-se a forte presença da atuação sindical através do SINDSAÚDE, aglutinador de sujeitos políticos em processos de resistência. Sua participação no movimento mostrou-se de grande pertinência na construção de uma direção pautada nos princípios da Reforma Sanitária, destacando-se, efetivamente, como “aparelho privado de hegemonia” na agregação de interesses da classe trabalhadora. Partidos políticos também integraram a militância, expressando a presença das forças de esquerda, na perspectiva de construção de uma agenda comum de lutas. Em relação à participação da UFSC, os/as entrevistados/as destacaram o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) do Departamento de Serviço Social e sua importante contribuição ao Fórum Catarinense, fornecendo apoio a questões logísticas e, principalmente, exercendo papel protagonista na condução dos debates acerca da pauta da saúde, através da atuação de seus intelectuais na articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão com as ações do movimento. De acordo com Marro (2014, p. 279), o cenário de movimentação das classes subalternas “sacode” as “zonas de conforto” da universidade pública, questiona a sua função social e política e seu engajamento com a sociedade. A busca de ampliação da relação orgânica entre a universidade e os movimentos sociais foi avaliada pelos/as entrevistados/as como urgente e imprescindível, evidenciando a importância de seu papel no trabalho de base junto à população, no encaminhamento do debate político/ideológico/cultural, necessário ao fortalecimento das lutas em torno da política de saúde e das demais políticas sociais. A universidade, enquanto aparelho privado de hegemonia, através de seus intelectuais (tradicionais e orgânicos), exerce uma função acadêmico-científica de extrema relevância nos processos político-formativos, na construção da análise crítica, impulsionando a formação de uma nova cultura, para além do conhecimento especializado, dado que o “contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica [...], mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torna politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais” (GRAMSCI, 1999, p. 103).

## 2. Trabalho de base, mobilização e organização frente às contrarreformas em curso

O trabalho de base, a mobilização e a organização da população usuária frente às contrarreformas em curso, no âmbito da política de saúde, evidenciaram-se como desafios mais prementes ao Fórum Catarinense no campo das estratégias e táticas de luta. No contexto mais amplo de contrarreformas, os/as entrevistados/as apontaram as armadilhas ideológicas que cimentam o processo de convencimento da população em torno das políticas de privatização, apresentadas enquanto necessárias à melhoria da qualidade dos serviços, continuamente sucateados. A construção ideológica que vem sendo realizada através dos aparelhos midiáticos altera e direciona a opinião pública, “leva as pessoas a abrirem mão do direito à saúde” (Entrevistada F). A população, pressionada pelo sucateamento dos serviços, assimila as promessas da privatização e “acaba perdendo a noção de que a saúde é um direito”, defendendo a sua mercantilização, na perspectiva de que “a partir do momento que a gente paga, a gente pode exigir por um serviço melhor” (Entrevistada E), ou seja, no lugar do cidadão emerge a figura do cliente e consumidor, na mesma lógica das empresas privadas. Conforme indicam Dardot e Laval (2016, p. 319), “quer se trate de equipe hospitalar, juízes ou bombeiros, os motivos e os princípios de sua atividade profissional são concebidos apenas do ângulo dos interesses pessoais e corporativos”.

Os “novos modelos de gestão” são apresentados à população enquanto mecanismos que garantirão acesso e qualidade dos serviços, escamoteando-se os processos de precarização inerentes à gestão do trabalho, à contratação de trabalhadores e à perspectiva da saúde alinhada aos interesses e demandas do mercado. Sob a justificativa de ampliação do acesso, a população é ludibriada e convencida a adotar uma postura acrítica em relação à forma de prestação dos serviços e de seus direitos de cidadania. As consequências dessas alterações, impressas nas normativas e leis acerca da privatização, necessitam ser amplamente discutidas e traduzidas à população, pois violam diretamente o direito universal à saúde. Esta é uma tarefa desafiadora sinalizada pelos/as entrevistados/as: a dificuldade de diálogo com os usuários, a disponibilidade de tempo dos/das militantes e sua capacitação para o trabalho de base. “Um desafio maior é a gente conseguir falar a linguagem daquela pessoa que vai lá na porta” (Entrevistada G).

A pauta “contra as privatizações” sempre foi muito importante para o movimento, especialmente na tradução de seu significado para a população. Não sendo esta, contudo, a requisição imediata dos usuários, o diálogo e a mobilização em torno deste tema tornam-se ainda mais complexos:

A gente conquistou o SUS, achou que aquilo era suficiente e não conseguiu dar seguimento a essa mobilização dos usuários [...]. Vemos essas reformas todas passando e a gente não consegue ter um movimento forte, que vá para a rua, que faça a greve, porque eu acho que deixamos de fazer esse trabalho de base mesmo, de dialogar com as pessoas (Entrevistado A).

O trabalho de base junto à população é vital e requer tempo e persistência. Reconstruir visões de mundo e modos de pensar acríticos e conformistas e transformá-los em “direção consciente” para se contrapor aos interesses do empresariado, do grande capital e da mídia hegemônica; reelaborar o direito à saúde como dever do Estado é tarefa inadiável. O discurso dominante se irradia pela sociedade, fortalecendo o “consenso passivo” junto à população



usuária em torno da lógica privada – todavia, sem a sua denominação como privatização – sob a falácia de que os mecanismos de controle, competitividade e seletividade do mercado seriam mais eficientes e eficazes na garantia do acesso individual a determinado tipo de assistência, numa situação de ausência de saúde. A desqualificação do público, frequente nos discursos da grande mídia, omite um quadro complexo de diferenças ao usuário do SUS, entre o atendimento no âmbito de um serviço gerido por uma OS (por exemplo) e aquele realizado com gestão estatal direta. A exigência de competitividade “é a expressão mais clara de que estamos lidando não com uma ‘mercantilização sorrateira’, mas com uma expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma-empresa” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 27).

Ocorre que o Estado, sob a égide burguesa, para fortalecer a sua hegemonia, utiliza-se de diferentes mecanismos objetivando formar a opinião pública em torno dos assuntos de seu interesse. O Estado, para Gramsci (2000, p.265), “quando quer iniciar uma ação pouco popular cria, preventivamente, a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”. Nela “ocorre a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica”. O Estado capitalista, portanto, “educa o consenso” por meio dos “aparelhos privados de hegemonia” (GRAMSCI, 2000, p. 265), especialmente através dos meios televisivos e dos grandes monopólios privados da mídia, criando-se um “senso comum”, “do qual são expelidos a política, a participação, a vida em relação aos outros, o sentido de comunidade” (LIGUORI, 2003, p.186). Coloca-se, neste campo, como demanda premente do Fórum Catarinense, empenhar-se na construção de um “novo senso comum”, pautado no trabalho de base, de formas de “práxis” que superem a “simples recepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade” (COUTINHO, 2003, p. 70), bem como, a consciência dos limites das lutas afeitas tão somente aos contornos do campo econômico-corporativo. Se a curto prazo aportam benefícios à reprodução das condições de vida da classe trabalhadora, tornam-se um obstáculo potente à formação da identidade de classe e das iniciativas dos subalternos para se tornarem Estado.

Nos depoimentos, os/as entrevistados/as manifestam sua frustração diante do distanciamento do movimento em relação à população, haja vista o reduzido investimento de tempo no diálogo direto, a partir das demandas mais imediatas, como o acesso aos serviços de saúde (consultas, exames, orientações, etc). Avaliam que o alcance da linguagem utilizada nas tentativas de trabalho de base tem sido pouco produtivo. Isso se dá em um cenário em que a construção da hegemonia, cada vez mais toma como base as “disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões eleitorais” (MORAES, 2016, p. 15).

E, a linguagem, tal como aponta a perspectiva gramsciana, é elemento vital porque nela “está contida uma determinada concepção de mundo” (GRAMSCI, 1999, p.93). É nela e com ela que se pode comunicar e processar o debate hegemônico. A práxis dos diferentes sujeitos políticos abarca uma dimensão educativa, à medida que exerce um papel importante na difusão de uma nova concepção de mundo, essencial para elaborações transformadoras e antagônicas aos velhos modos de pensar (GRAMSCI, 1999). Os diferentes profissionais dominam um universo de valores que, mobilizados na atuação junto às classes subalternas, podem imprimir direções diversas a partir da

linguagem, ou, no dizer de Gramsci, da "tradutibilidade". Se, para o pensador italiano, o político é um "homem de ação", sua prática efetua-se quase que, exclusivamente, através da linguagem: "intervém nas reuniões, faz comícios, escreve documentos e ensaios, emite diretrizes, e ainda lê, escuta, conversa etc" (SCHIRRU, 2010, p. 320). Implica, contudo, não apenas o domínio formal de um conjunto de técnicas, mas também de um constructo teórico e de um ideário ético-político, determinantes para se trabalhar elementos simbólicos, ideológicos, ideias e valores presentes na esfera cotidiana das classes subalternas, constituindo-se em momento essencial à consolidação da alienação ou desalienação, à modificação ou à cristalização de modos de pensar e de visões de mundo (SIMIONATTO, 2011). Depende, igualmente, "da capacidade das classes subalternas de se converterem, progressivamente, em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de ações e na articulação de premissas ideológicas" (MORAES, 2016, p. 17).

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas é, precisamente, a brutal dificuldade de elaborarem a sua própria identidade. "O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na totalidade social" (DIAS, 2006, p. 69). É, normalmente, no interior, no próprio cerne das práticas e discursos dominantes, vistos como a única possibilidade, como naturalidade, como horizonte, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. Contudo, a concepção de mundo embrionária e desarticulada que uma classe social toma emprestada de outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, segue-a não tanto porque nela acredita, mas por sua conduta não ser independente e autônoma (SIMIONATTO, 2009). Contribuir na construção de uma nova concepção de mundo, como estratégia de luta, não somente em relação à política de saúde, mas a todas as formas de exploração e subjugação que afetam as condições de existência da classe trabalhadora, na quadra atual do capitalismo, é a árdua tarefa posta aos movimentos sociais e populares e aos intelectuais (no sentido gramsciano) na realidade contemporânea.

### **Considerações finais**

Ao analisar o processo de organização, resistência e luta do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações, enquanto espaço de mobilização da sociedade civil frente ao avanço das contrarreformas no âmbito das políticas sociais, especialmente, da política de saúde, a pesquisa identificou que este tem atuado, de forma mais incisiva, em relação à privatização da política de saúde por meio dos "novos modelos de gestão". As lutas contra o repasse de serviços e instituições públicas para OSs e do Hospital Universitário da UFSC para a EBSERH, ao mesmo tempo em que ocuparam parte intensa de sua agenda, constituíram-se enquanto elementos de mobilização de entidades, movimentos e sujeitos individualmente. Tal agenda foi construída de forma coletiva, principalmente a partir de pautas conjunturais, tendo em seu cerne a evidente influência dos sujeitos políticos que possuem atuação mais enfática no movimento, acompanhada de uma militância crítica em torno das medidas que têm sido adotadas pelos governos para a política de saúde e, igualmente, para outras políticas sociais.

No que concerne aos desafios presentes na atuação do Fórum Catarinense na articulação e mobilização de sujeitos individuais, organizações da sociedade civil e população no enfrentamento às contrarreformas voltadas à privatização da política de saúde, foram

identificados como demandas relevantes: *a) Ampliação do quantitativo de participantes que contribuem organicamente, a partir da representação de entidades e movimentos:* A necessidade de participação efetiva de mais sujeitos, bem como de uma maior diversificação de entidades e movimentos ficou evidente na pesquisa de campo. A construção do Fórum Catarinense tem se dado, em várias ocasiões, a partir de militância individual, em detrimento de militância representando entidades e movimentos. Notou-se um quantitativo maior de participantes, especialmente estudantes, no auge da luta contra a adesão do HU/UFSC à EBSEH. Todavia, no cotidiano do Fórum Catarinense, ampliar a mobilização e articulação tem sido uma pauta contínua; *b) Descentralização das ações e agregação de outros sujeitos políticos:* As ações estiveram centradas em algumas cidades, especialmente Florianópolis, e contém um potencial de agregação de sujeitos de outras entidades e movimentos, para além daqueles que tem contribuído efetivamente em sua construção; *c) Fundamentação teórico-metodológica das ações:* Os meandros que perpassam as análises necessárias de conjuntura e das estratégias do capital na mercantilização da política de saúde demandam formação continuada. As ofensivas são frequentes e requisitam análises coerentes e ações céleres e assertivas; *d) Ampliação das lutas para além da pauta da saúde:* A garantia da saúde em uma perspectiva integral e universalista demanda, também, a garantia de outros direitos como educação, moradia, saneamento básico, cultura, etc, e, principalmente, aqueles relacionados à manutenção das condições materiais de existência. O Fórum Catarinense possui esta compreensão e consciência, todavia, devido aos limites e enfrentamentos de situações cotidianas, tem atuado com maior ênfase em pautas pontuais e imediatas; *e) Construção de unidade no campo da esquerda:* Várias formas de analisar e intervir na realidade, em alguns momentos, se traduziram em divergências e contradições frente as bandeiras de luta defendidas, ora na perspectiva de luta por outra sociedade, ora restrita à luta pelo direito à saúde e ao tratamento pontual da doença; *f) Conjuntura regressiva para os direitos sociais e condições objetivas do movimento:* As estratégias neoliberais têm sido cada vez mais incisivas nas restrições de direitos e ataques à classe trabalhadora, fragilizando sua autonomia na construção da unidade classista. Isso tenciona, inclusive, as condições objetivas das lutas construídas por militantes, igualmente atingidos pelas adversidades do sistema; *g) Atuação da mídia dominante em favor da privatização da política de saúde:* A mídia dominante tem sido protagonista na disseminação de consensos em torno das contrarreformas. Sua posição de aparelho privado de hegemonia do capital incide diretamente na construção de uma subjetividade social naturalizadora das desigualdades, da criminalização dos movimentos sociais, de modo a assegurar a manutenção dos interesses da classe dominante.

Com vinculação direta à imprescindível tarefa e desafio dos movimentos sociais de retomada do trabalho de base, os avanços na luta pela saúde pública estatal e pela consolidação dos princípios da Reforma Sanitária, a partir da atuação do Fórum Catarinense, foram retratados não tanto por conquistas objetivas, mas pelos processos de resistência possíveis, na agregação de forças e alianças potencializadoras do processo de construção de uma nova hegemonia. Certamente, tais movimentações não resolverão, de imediato, a lacuna deixada pelo abandono do trabalho de base nas últimas décadas em função da reificação da tática institucional, mas evidenciam, no mínimo, dados consistentes a serem considerados por qualquer análise que se pretenda histórica a respeito do tema. O que parece nítido é que o sentido e a condução da Reforma Sanitária continuam em franca disputa. Mas, a simples existência da disputa não elide o fato de que a retomada da luta dos trabalhadores, dentro ou fora do campo da saúde, requererá o protagonismo de classe e a reformulação de sua estratégia e de suas táticas (DANTAS, 2015, p. 30).

A hipótese levantada neste estudo de que o Fórum Catarinense, constituído no ano de 2012 a partir de movimentos já existentes no estado de Santa Catarina e impulsionado pela FNCPS e

outros fóruns estaduais e municipais, se coloca enquanto movimento não institucionalizado defensor da garantia da saúde enquanto direito universal, resultante das condições de vida e de trabalho, na perspectiva construída a partir da Reforma Sanitária. Por meio de ações diversas, as lutas desencadeadas denotam a possibilidade de contribuir para ampliar os embates em torno da disputa de hegemonia em relação à política de saúde, mesmo em um contexto de obstáculos e dificuldades face à ofensiva burguesa e à retração do Estado na atual ordem do capital. Concluindo, importa destacar a urgência no fortalecimento de movimentos como o Fórum Catarinense, enquanto trincheiras para a construção de uma verdadeira democracia radical e não afeita somente aos limites jurídico-formais colocados pela Constituição e pelas leis. É a luta respaldada na perspectiva de classe que possui potencial emancipador, haja vista que almeja a construção de consciência e de unidade na defesa dos interesses da classe trabalhadora. É mister, portanto, engrossar o coro do movimento nacional em defesa do SUS público, estatal, universal e de qualidade, bem como dos demais direitos sociais da classe trabalhadora: “A nossa luta é todo dia, saúde e educação não são mercadorias”. Avante e, nas palavras de Gramsci, mesmo com o reinante “pessimismo da inteligência”, é preciso fortalecer o “otimismo da vontade”, buscando construir, coletivamente, com os movimentos sociais as alternativas de transformação radical da sociedade, através de ações massivas de classe, congregando as forças da sociedade civil representantes dos interesses das classes subalternas.

## Referências

- ANDREAZZI, M. F. S. Movimentos sociais, mobilizações de junho de 2013 e a saúde no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). **A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2014. p. 69-74.
- BIANCHI, A. **O Laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade [online]**, n.109, p. 126-150, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/ao8n109.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.
- BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. As lutas pela saúde e os desafios da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde na atualidade. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). **A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2014. p. 75-81.
- COUTINHO, C. N. O conceito de política nos Cadernos do Cárcere. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 67-82.
- DANTAS, A. Movimento Sanitário hoje: um debate estratégico. In: BRAVO, M.I.; et al (Org.). **A mercantilização da saúde em debate**: As Organizações da Saúde no Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015. p. 25-32.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, E.F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FÓRUM CATARINENSE EM DEFESA DO SUS E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES. *Jornal do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações*. Set. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/oB2gchcpnmkNodWR3RjVhbXY4ToE/view>. Acesso em: 02 fev. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1991-1935. Org. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.173-188.

MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 278-294.

MORAES, D. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2016.

SCHIRRU, G. Filosofia da linguagem e filosofia da práxis. In: AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (Org.). **Gramsci no seu tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 1, p. 75-100, 2009.

SIMIONATTO, I. Marxismo gramsciano e serviço social: interlocuções mais que necessárias. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 17-34, 2011.

---

**Edinaura LUZA** Participou da pesquisa, sistematização dos dados e elaboração do artigo Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região (SC).

**Ivete SIMIONATTO** Participou da pesquisa, sistematização dos dados e elaboração do artigo Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pós-doutora pela European University Institute (Florença). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---